

---

## Os voos regionais do sindicalismo: o Mercosul em destaque

---

### Introdução

A editora brasileira Ltr tem vindo a aumentar o seu interesse pelos estudos sobre as «questões sociais» e pelo modo como estas se articulam com as problemáticas associadas à integração regional. As obras *Mercosul: Impactos para trabalhadores e sindicatos*; *Mercosul, Nafta e Alca: a dimensão social*; e *O Sindicalismo na Europa, Mercosul e Nafta* são, entre outras,<sup>1</sup> o reflexo dessa atenção crescente. Convém, porém, acrescentar que duas das obras recebem a colaboração directa de instituições vocacionadas para o estudo dos temas sociais. Assim sucede com o trabalho de Vigevani, que recebe a colaboração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), bem como com a obra organizada por Lorenzetti e Faccio, que recebe o contributo da Escola Sul da Central Única dos Trabalhadores (Escola de formação sindical sediada em Florianópolis). Este facto revela que os Centros de investigação, as universidades e as próprias organizações sindicais vêm prestando cada vez maior atenção ao tema da integração sindical regional, o que permite, desde logo, perceber não só a existência de uma actuação conjunta entre esses universos, como sobretudo uma combinação entre as reflexões e análises (mais teóricas) de académicos e as experiências (práticas) de sindicalistas ou de assessores sindicais.

Os três livros têm em comum o facto de serem obras sobre sindicalismo e de reflectirem sobre atitudes, aspirações e desafios que lhe são colocados no quadro de uma progressiva integração em blocos económicos regionais. É, pois, um horizonte de voos regionais aquele que se apresenta ao sindicalismo, em particular ao «sindicalismo do Sul» (com destaque especial para o sindicalismo brasileiro, logo seguido do argentino e, a maior distância, do uruguaio e do paraguaio). Embora não exista nestas três obras uma preocupação exclusiva com o Mercado Comum da América do Sul – Mercosul (na obra organizada por Lorenzetti e Faccio, por exemplo, são-lhe dedicadas pouco mais de 30 páginas) e com as respostas e/ou iniciativas sindicais desencadeadas em seu redor – pois são tecidas várias considerações sobre a União Europeia (UE), bem como sobre o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e sobre a Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA) –, a verdade é que aquela união aduaneira está presente em todas elas, podendo mesmo dizer-se que se trata do voo sindical regional comum a todas.

Outro aspecto que caracteriza as três obras prende-se com o facto de nelas se reunirem os debates mais recentes promovidos pelos principais especialistas (académicos e não académicos) que se têm preocupado em estudar a projecção das questões sociais/sindicais à escala regional. Com pequenas excepções (capítulos 2 e 3 da obra de Vigevani; capítulo 6 da obra organizada por Chalout e Almeida), tais debates não assumem um estatuto teórico, factor que confere às três obras um pragmatismo assinalável. A oportunidade destes trabalhos,

de seguida apresentados pela ordem cronológica da sua publicação, é ainda tanto maior quanto se constata que o Mercosul se encontra numa fase de transição para um completo espaço de comércio intra-regional livre entre os seus países membros (previsto para o ano de 2005), sendo pois amplo o caminho a percorrer e vastos os desafios que se colocam ao sindicalismo nesse caminho.

304

### *Atitudes sociais face à integração regional*

Avaliar o modo como trabalhadores e sindicatos dos países do Mercosul se posicionaram e motivaram para discutir as causalidades, impasses e dificuldades associadas à integração regional constitui o propósito principal da obra *Mercosul: Impactos para trabalhadores e sindicatos*. Na primeira parte (capítulos 1 a 4), de contornos históricos e teóricos (assentes estes na discussão da relação entre o comércio internacional e a política interna a partir do modelo de Rogowski), Vigevani conclui que a participação sindical no Mercosul revela uma «grande dificuldade de aplicação de modelos teóricos acabados a situações históricas concretas» e que «todos os actores envolvidos vislumbrariam a possibilidade de ganhos relativos ou absolutos com o processo de integração» (p. 82), o que parece reforçar a ideia antes avançada (p. 66) de que os sindicatos apresentam uma postura propositiva e não meramente reactiva face ao Mercosul. Esta postura traduz-se numa lógica bifocal: as organizações sindicais maximizam o tema da integração regional como forma de ganhar espaço político nas negociações de âmbito nacional (p. 77; 82). Este dilema sindical entre abertura (internacionalismo) e fechamento (proteccionismo) vai ao encontro de uma outra ideia importante avançada, na segunda e terceira partes da obra (pp. 118; 293): apesar de propositivo, o movimento sindical posiciona-se igualmente de forma defensiva perante o Mercosul. O reforço deste

argumento concretiza-se na análise sectorial da terceira parte da obra, pois o sindicalismo tende a ser mais defensivo nos sectores onde é mais forte do ponto de vista nacional visto ser nesses sectores que existe maior capacidade para atenuar a regionalização/globalização, «a partir das capacidades do Estado em “filtrar” as consequências negativas do processo» (pp. 199; 285; 288).

Ainda que Vigevani não fale em ambiguidade, considero que esse é o termo mais adequado para classificar a posição sindical actual face à regionalização. Como diriam Barbiero e Chaloult (1999: 7), apesar de alertarem para os perigos que lhes estão associados (nomeadamente, a perda de direitos laborais e de níveis de emprego), as centrais sindicais do Cone Sul acabam por defender o Mercosul. O próprio retrato que Vigevani traça (no capítulo 4) das atitudes e posições das centrais sindicais face ao Mercosul orienta-nos para interpretações assimétricas em países onde as centrais sindicais «cur-saram trajectórias histórias e políticas muito diferentes» (p. 83) e apresentam posturas distintas internamente (de que é exemplo, no caso brasileiro, a distinção entre o «sindicalismo autêntico» protagonizado pela Central Única de Trabalhadores e o «sindicalismo de resultados» seguido pela Força Sindical), ainda que o espaço regional seja susceptível, como referem Barbiero e Chaloult (1999: 4; 11), de estimular uma harmonização transnacional de posições sindicais.

Se da exposição das posições das centrais sindicais e das lógicas de organização de representação sindical sectorial (nomeadamente entre Brasil e Argentina) se depreende um tratamento atento de atitudes e comportamentos sindicais, o mesmo já não é tão evidente na descrição dos impactos dos processos de integração regional sobre o sindicalismo. Terá, assim, ficado por fazer um levantamento mais aprofundado dos obstáculos efectivos à acção sindical transnacional, que Vigevani identifica (p. 291) como sendo de ordem histórica, material, política, cultural ou relacionados com os ritmos de

integração regional. O tratamento ligeiro concedido a tais obstáculos revela uma certa falta de ambição ou mesmo uma atitude de resignação do autor, pois perante uma união aduaneira incompleta «o máximo que se pode esperar da agenda social é uma coordenação das políticas governamentais» (p. 292).

### *A dimensão social nas Américas*

*Mercosul, Nafta e Alca: a dimensão social* reúne 11 capítulos de contributos sobre a dimensão social da integração regional no hemisfério americano. A obra está dividida em três partes: na primeira parte, relativa aos «processos de integração regional», destaca-se o capítulo introdutório no qual Paulo Roberto Almeida para além de expor o argumento (que não sofre contestação) segundo o qual as bases reais dos processos de integração são, primeiro que tudo, económicas e comerciais (p. 21), sustenta que os progressos alcançados no domínio social no hemisfério americano estão muito aquém dos que foram conseguidos na UE e que Vigevani e Mariano (capítulo 4) designam como «nova identidade colectiva» (p. 106). Mas ainda na primeira parte (no cap. 2, da autoria de Chaloult, e sobretudo no capítulo 3, de Alcides Vaz) assim como na segunda parte da obra dedicada aos «movimentos sociais» (sobretudo no capítulo 4) percebe-se também claramente que os actores sociais e sindicais não se encontram no primeiro patamar de influência da evolução do Mercosul, antes se salientado o papel de liderança desempenhado pelo Estado.

Mas é na terceira parte da obra («transnacionalização das práticas sindicais») que melhor exemplifica o modo como a participação sindical se organiza perante os processos de integração regional. Nesta parte, combina-se a reflexão analítica (empreendida sobretudo no capítulo 7, de Brunelle e Chaloult) com a referência a situações concretas e comparadas de acção sindical na UE, Mercosul e NAFTA (pp. 181-188 do capítulo

8, de João Paulo C. Veiga) e discutem-se empiricamente quer as principais possibilidades (exemplificadas, no caso do Mercosul, pelo primeiro «contrato colectivo do Grupo Volkswagen»), quer os maiores obstáculos à concretização de negociações colectivas internacionais no âmbito do Mercosul, até porque, como argumenta Sílvia Portella de Castro, «a integração dos sistemas laborais não é necessariamente uma pré-condição para o desenvolvimento de contratações colectivas internacionais» (p. 192).<sup>2</sup> Sobra ainda espaço para avaliar detalhadamente as posturas sindicais face ao NAFTA e à ALCA (capítulos 10 e 11, de Brunelle e Jakobsen respectivamente).

A posição de partida dos organizadores do livro – segundo a qual a globalização e a regionalização são processos mais complementares do que contraditórios (p. 9) – encontra, assim, expressão na discussão sobre a transnacionalização das práticas sindicais. Concordo com este argumento e entendo que os blocos económicos regionais podem cumprir uma função de intermediação entre *raízes* sindicais nacionais (assentes em processos de determinação salarial; em legislações específicas; ou em condições de trabalho particulares) e *opções* transnacionais (defesa de uma solidariedade operária internacional ou luta pela paz e direitos humanos). Porém, é conveniente não esquecer que, apesar de as centrais de um bloco regional poderem apoiar as iniciativas e reivindicações sindicais de outro bloco regional (Brunelle e Chaloult, p. 167), a competitividade inter-blocos é susceptível de afectar as práticas sindicais e, consequentemente, de toldar possíveis formas de solidariedade sindical transnacional em construção. Na verdade, mesmo que existam posicionamentos sindicais críticos convergentes face ao NAFTA ou à ALCA, permanecem as diferenças ideológicas e os conflitos de interesses entre o Norte e o Sul e a possível adopção de uma cláusula social é «muito mais uma cláusula de salvaguarda do que de solidariedade sindical» (Brunelle, citando Castro, p. 230).

É indiscutível o mérito da obra ao identificar e mapear as principais instâncias sociais do Mercosul.<sup>3</sup> *Subgrupo 10* (relações laborais, emprego e segurança social, anteriormente designado de *Subgrupo 11*, de assuntos trabalhistas); a sua Comissão *Ad Hoc* sobre a «dimensão social do Mercosul»; o *Fórum Consultivo Económico e Social* (FCES); a *Declaração Sóciolaboral do Mercosul*; o *Observatório sobre o Mercado de Trabalho* (pp. 9; 29; 106; 107; 115; 186; 197-203; 234; 236; 239-240). Além disso, e como complemento, a reconstituição das principais etapas da integração nas Américas foi exemplarmente conseguida na cronologia final (pp. 249-265).

Um comentário final sobre a relação entre o económico e o social deve ainda ser realçado nesta obra: pressupõe, a meu ver de modo acertado, que o dinamismo económico não se traduz necessariamente em eficácia social. Como refere Paulo R. Almeida, o Brasil é, no contexto do Mercosul, a economia industrialmente mais avançada, mas, em simultâneo com o Paraguai, é também o «país socialmente mais atrasado» (p. 31), pois ainda que toda a população do Uruguai seja equivalente «a um simples bairro de aglomeração paulista» (p. 27) ele é considerado o país com maiores tradições de bem-estar social do Mercosul.

### *Sindicalismo ou Sindicalismos?*

Numa perspectiva convergente com a do livro organizado por Almeida e Chaloult, a obra organizada por Lorenzetti e Faccio, *O Sindicalismo na Europa, Mercosul e Nafta*, convoca-nos para «a actuação do sindicalismo diante de modelos distintos de integração económica e comercial», pois a UE constitui um «modelo de integração bastante avançado», o Mercosul é um «projecto de desenvolvimento» que visa ser um mercado comum e o NAFTA, distintamente dos anteriores, «é essencialmente comercial» (p. 9). A ideia de «modelo» adquire aqui um

destaque maior, que é evidente sobretudo na caracterização detalhada do sindicalismo na UE e no NAFTA, parecendo superar a ideia de bloco regional como mera «referência» a ter em conta por parte do sindicalismo no Mercosul.

No entanto se a abordagem do sindicalismo enquanto modelo constituiu, por um lado, um inegável contributo informativo para os sindicalistas do Mercosul – das três obras aqui comentadas esta é aquela cujo destinatário principal é um público sindical, a que não será estranho o facto de os autores dos capítulos terem ligações ao movimento sindical, seja na qualidade de dirigentes, seja na qualidade de assessores –, por outro lado, ela revela-se algo contraditória. Com efeito, na UE Giorgio Schutte distingue o «sindicalismo europeu» – sinónimo de Confederação Europeia de Sindicatos, de Federações Sindicais Europeias ou de Conselhos de Empresa Europeus, como têm defendido autores como Ramsay (1997: 504) ou Turner (1998: 210-212), – de um conjunto de histórias e realidades sindicais muito diferentes (p. 13) e (vale a pena acrescentar) incontornáveis. Isto significa, pois, paradoxalmente, que a ideia de modelo acaba por ser mais facilmente apropriada por critérios de diversidade do que por critérios de uniformidade. Só assim se explica, afinal, que Schutte tenha concedido menor atenção ao «sindicalismo europeu» (são-lhe reservadas menos de 15 páginas), não obstante a identificação, mesmo que não totalmente clara, de algumas fases comuns ao movimento sindical europeu desde o seu nascimento (pp. 15-38).

O capítulo sobre o Mercosul, da autoria de Sílvia Portella de Castro, é o que mais se distancia da ideia de modelo (o Mercosul encontra-se, de resto, longe desse estatuto) e o que melhor perspectiva as possibilidades de acção e aliança sindicais para lá do espaço do Mercosul, nomeadamente em termos sectoriais. Além disso, nele se procede a uma actualização dos principais

avanços no domínio laboral. Por fim, o Kjel Jakobsen procede a um trajecto sócio-histórico do sindicalismo no NAFTA. Um tanto à semelhança do Schutte para o caso da UE, procede-se aqui a uma pormenorizada análise por país (pp. 139-208), sendo o espaço reservado ao NAFTA como um todo apenas objecto de atenção nas últimas páginas do livro. Nestas se destaca, no entanto, quer a referência aos acordos paralelos ao NAFTA (sobretudo via Acordo Norte-Americano de Cooperação sobre o Trabalho, o único sinal de incorporação de uma dimensão social no NAFTA), quer a menção (mesmo que breve) às principais posições sindicais perante este bloco regional. Relativamente a este ponto, e no que concerne ao envolvimento mexicano, um dado novo (que Jakobsen não foi a tempo de documentar) prende-se com a recente (Julho de 2000) derrota do candidato do Partido Revolucionário Institucional nas eleições presidenciais realizadas neste país. Mais do que questionar o «modelo corporativo clássico no tocante à sua estrutura de unicidade sindical e à sua relação com o Estado» (p. 190), este facto possibilitará certamente outras formas de actuação por parte da *Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio* (RMALC) podendo, quiçá, criar condições de superação do que Jakobsen designa por oposição descoordinada que o sindicalismo americano, canadiano e mexicano patentearam perante o NAFTA (p. 219).

Foi pena que esta obra não tivesse cumprido, como o reconhecem os seus organizadores (p. 9), a tarefa de acentuar os pontos comuns e os pontos divergentes nos sindicalismos dos três espaços regionais, pois a descoberta de semelhanças por entre a descrição de diferenças associadas a modelos constituiria um exercício analítico bastante proveitoso. Teria sido interessante uma solicitação prévia a cada um dos autores de uma selecção das principais ligações e implicações existentes entre a acção sindical do bloco que relataram e as práticas sindicais nos outros blocos regionais.

## Conclusão

No momento actual, parece ajustado, como sugere Almeida em *Mercosul, Nafta e Alca*, classificar o Mercosul como uma «experiência híbrida» (p. 35) que combina o «dirigismo» da integração europeia com o «librecambismo» do NAFTA. A meu ver, a experiência europeia é a principal referência a considerar, mas não é certamente um modelo de apropriação indiscutível, ilação que, aliás, as três obras aqui comentadas permite tirar. Como também refere Chaloult em *Mercosul, Nafta e Alca*, uma das melhores formas de o Mercosul assegurar a sua identidade consiste em «salvaguardar o seu carácter actual de *global trader*, preservando o equilíbrio nas trocas comerciais com parceiros ou Blocos de vários continentes» (p. 55). Em todo o caso, ter-se-ia esperado ver nas três obras a concessão de um maior espaço ao relacionamento entre o sindicalismo do Mercosul e da UE. Um relato de experiências concretas de relacionamento e de intercâmbio entre estruturas sindicais de países de ambos os blocos; uma sistematização do posicionamento sindical europeu (através da Confederação Europeia de Sindicatos) face ao Mercosul, confrontando-o com a posição da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul face à UE; um recorte comparado entre o funcionamento do Comité Económico e Social da UE e o funcionamento do Fórum Consultivo Económico e Social do Mercosul, acompanhados de uma visão das respectivas posições dos sindicalistas participantes nesses espaços mais institucionais, seriam algumas das formas de estimular a referida análise relaciona.<sup>4</sup>

Um outro ponto que é mencionado *en passant* nas obras, mas ao qual o sindicalismo terá certamente de conceder uma atenção redobrada no futuro próximo, prende-se com a necessidade crescente de promover alianças entre o sindicalismo e outras organizações da sociedade civil. O facto de esse «alerta» ser dado em duas das obras por um sindicalista *tout court*,

Kjeld Jakobsen, é sintomático de que a busca de novas alianças para o sindicalismo vai sendo vista (ainda que timidamente em muitas situações) por parte dos responsáveis sindicais não só como uma das possíveis respostas à crise do sindicalismo mas também com um sinal de desprendimento progressivo das lógicas formais em que este ainda se encontra enredado.

A evolução futura do Mercosul e da actuação sindical neste espaço dependerá, certamente, da multiplicação de acções transnacionais conjuntas, da assunção de posições comuns perante a evolução da ALCA e, sobretudo, do reforço da discussão/ confronto nacional com outros actores, nomeadamente políticos (governos) e económicos (empresários) face a essa questão. Como se deduz das palavras de Sílvia Portella de Castro na obra *O Sindicalismo na Europa, Mercosul e Nafta*, a capacidade de acção e intervenção conjuntas nos fora intergovernamentais regionais (na área trabalhista, das políticas produtivas e do aprofundamento da estrutura institucional) carece de ser complementada no plano local, onde existem «pouquíssimas acções políticas capazes de pressionar as empresas a compensarem ou negociarem as mudanças resultantes dos impactos directos do Mercosul» (p. 134). Tendo presentes estas contradições, o dilema entre o *alargamento* da área geográfica do Mercosul e o *aprofundamento*<sup>5</sup> da convergência das matérias e políticas colectivas entre países membros (re)adquire grande actualidade. Este dilema condiciona igualmente a evolução das práticas sindicais que, por isso, se colocam perante a necessidade de encontrar um equilíbrio entre as duas opções para que aquele dilema aponte. ■

Hermes Augusto Costa

## Notas

<sup>1</sup> Como o livro coordenado por Tullo Vigevani e Jorge Lorenzetti, *Globalização e integração regional: atitudes sindicais e impactos sociais*. São

Paulo, Ltr/FAPESP/CEDEC/Escola Sul da CUT, 1998; ou o livro de Augusto Jaeger Junior, *Mercosul e a livre circulação de pessoas*. São Paulo, Ltr, 2000.

<sup>2</sup> Este argumento não parece, de resto, distante daquele que tem sido esgrimido no contexto europeu por autores como W. Streeck, F. Traxler ou P. Schmitter, para quem uma europeização das relações laborais não é necessariamente sinónimo de desnacionalização.

<sup>3</sup> O próprio Vigevani (pp. 118-135; 78-82) já o procurara fazer também.

<sup>4</sup> Sobre esta discussão, consultem-se algumas das sugestões formuladas em Castro (1999).

<sup>5</sup> Veja-se, por exemplo, o modo como esta discussão é promovida por Peña (1999: 49-61).

## Referências Bibliográficas

- Chaloult, Yves; Almeida, Paulo Roberto (orgs.), 1999 *Mercosul, Nafta e Alca: a dimensão social*. São Paulo: Ltr.
- Lorenzetti, Jorge; Faccio, Odilon Luís (orgs.), 2000 *O Sindicalismo na Europa, Mercosul e Nafta*. São Paulo: Ltr/Escola Sul da CUT.
- Vigevani, Tullo, 1998 *Mercosul: Impactos para trabalhadores e sindicatos*. São Paulo: Ltr.
- Barbiero, Alan; Chaloult, 1999 *Desafios, estratégias e alianças das centrais sindicais no Mercosul*. Disponível em: <http://www.sol.unb.br/yves/astalanyves10.html>, 1-20.
- Castro, Maria Sílvia P. de, 1999 «Elementos para a análise das relações económicas e políticas entre a União Europeia e o Mercosul e as propostas sindicais», *Paper para discussão da CCSCS* (policopiado), 1-28.
- Costa, Hermès Augusto, 2000 «A transnacionalização do sindicalismo na semiperiferia: pistas para uma análise comparada entre Portugal e o Brasil», comunicação apresentada ao *IV Congresso Português de Sociologia – Passados Recentes, Futuros Próximos*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 17 a 19 de Abril de 2000 (policopiado), 1-27.
- Junior, Augusto Jaeger, 2000 *Mercosul e a livre circulação de pessoas*. São Paulo: Ltr.
- Peña, Felix, 1999 «Broadening and deepening: Striking the right balance», in R. Roett

- (org.), *Mercosur: regional integration, world markets*. London: Lynne Rienner Publishers, 49-61.
- Ramsay, Harvie, 1997 «Solidarity at Last? International Trade Unionism Approaching the Millennium», *Economic and Industrial Democracy*, 18 (4), 503-517.
- Streeck, Wolfgang, 1998 «The internationalization of industrial relations in Europe: Prospects and problems», *Politics & Society*, 26 (4), 429-459.
- Streeck, Wolfgang; Schmitter, P. C., 1998 «From national corporatism to transnational pluralism: organised interests in the Single European Market», in E. Gabaglio e R. Hoffmann (orgs.), *The ETUC in the Mirror of Industrial Relations*. Brussels: ETUI, 131-170.
- Traxler, Franz; Schmitter, Phipippe C., 1995 «The emerging Euro-Polity and Organized Interests», *European Journal of International Relations*, 2 (1), 191-218.
- Turner, Lowell, 1998 «The Europeanization of Labour: Structure before Action», in E. Gabaglio e R. Hoffmann (orgs.), *The ETUC in the Mirror of Industrial Relations*. Brussels: European Trade Union Institute, 207-230.
- Vigevani, Tullo; Lorenzetti, Jorge, 1998 *Globalização e integração regional: atitudes sindicais e impactos sociais*. São Paulo, Ltr/FAPESP/CEDEC/Escola Sul da CUT.